

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMAZÔNIA NO ALVORECER DO SÉCULO XXI

*Dom Luiz Soares Vieira
Arcebispo de Manaus e
Vice-Presidente da CNBB*

Ao abrir este evento, que se realiza por iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, desejamos em primeiro lugar saudar fraternalmente todos os participantes deste debate sobre Políticas Públicas para a Amazônia, que tem como objetivo promover um diálogo construtivo entre a sociedade brasileira e o Estado Nacional com respeito a este tema que assume fundamental relevância para toda a nação neste alvorecer do século XXI.

Como uma simples referência a este debate, pareceu-nos apropriado traçar uma sucinta sinopse histórica relativa ao desenvolvimento da Amazônia e à atuação da Igreja nesta Região, bem como apontar alguns desafios cruciais a serem enfrentados e respondidos por políticas públicas à altura das exigências do novo contexto em que se encontra a Amazônia no presente momento.

Deixando para traz os tempos do Brasil Colônia em que o desenvolvimento da Amazônia foi impulsionado pela exploração das *Drogas do Sertão*, bem como os períodos do Brasil Império, da Velha República e da Primeira era Vargas (de 1930 a 1945), em que a exploração dos seringais para a extração do látex da borracha se tornou o dínamo propulsor do desenvolvimento desta área, os constituintes de 1946 compreenderam ser de máxima relevância para toda a nação encontrar novos e originais caminhos capazes de promover a valorização deste vasto território, que em termos estritamente geográficos representava quase a metade do país. O artigo 199 deste texto constitucional assegurava por vinte anos os recursos financeiros necessários à implementação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Ao ser criada em janeiro de 1953 a Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, o conceito de Amazônia Geográfica foi ampliado e deu lugar ao conceito de Amazônia Legal, que além das Unidades da Federação localizadas geograficamente na Bacia Amazônica passou a considerar também como Amazônia sob a denominação de Legal, a totalidade do que é hoje o Estado do Mato Grosso e o Estado do Tocantins, bem como a faixa ocidental do Estado do Maranhão, formando um território de mais de 5 milhões de km², que representa mais de 59% de toda a superfície do país.

Em termos de presença e atuação da Igreja pode-se evocar o esforço missionário da Companhia de Jesus para a evangelização das populações desta Região ao longo do século XVII até a supressão temporária desta ordem religiosa em 1773 no Pontificado de Clemente XIV, sob pressão de potências européias que alegavam a influência excessiva de que desfrutavam então os filhos espirituais de Inácio de Loiola. Outras ordens religiosas ocuparam o vácuo deixado pela Companhia de Jesus na Amazônia. Algumas delas eram integradas por sacerdotes de etnia estrangeira, o que levou Getulio Vargas durante a II Guerra Mundial a pedir explicações ao então Núncio Apostólico Dom Aloísio, sobre os motivos pelos quais vários Prelados da Amazônia eram alemães e italianos e conseqüentemente súditos do Eixo, a quem o Brasil declarou guerra em 1942.

Apesar de sua origem étnica e da pluralidade de ordens e congregações, os bispos e prelados da Amazônia acompanhavam o tradicional afeto colegial praticado de longa data pelo

episcopado brasileiro. Esta atitude voltada regularmente para uma atuação colegiada foi desde os primórdios uma característica marcante do episcopado brasileiro, que se manifestava através do funcionamento das províncias eclesiais e das cartas pastorais emanadas dessas províncias. Esta solidariedade colegial eclodia com maior força em momentos de crise, como aconteceu em 1874, na chamada questão religiosa, envolvendo de um lado o Poder imperial e de outro lado os bispos de Belém, no Pará e de Olinda – Recife, em Pernambuco. Posteriormente os congressos eucarísticos nacionais e regionais e o Concílio Plenário Brasileiro (1939) tornaram-se momentos fortes de exercício colegial.

Em 1951, enquanto trabalhava pela criação da CNBB, dom Hélder Câmara assim se expressou em missiva ao Núncio Apostólico Dom Carlos Chiarlo: “Há poucos dias, ao encaminhar a V. Excelência um exemplar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia pedi vênha para lembrar como seria oportuna a realização em Manaus, de um encontro de Prelados da Amazônia para estudo do aludido Plano elaborado pelos Poderes da República e para articulação de um Plano de valorização espiritual da região amazônica”.

O Núncio parece ter acolhido esta proposta de Dom Hélder, e em junho de 1952 os bispos e prelados da Amazônia se reuniram em Manaus pela primeira vez. Em outubro deste mesmo ano foi criada e instalada oficialmente a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que realizava sua primeira Assembléia Geral Ordinária no mês de agosto de 1953, em Belém do Pará. Exatamente um ano depois, em agosto de 1954, os bispos e prelados da Amazônia reuniram-se pela segunda vez a fim analisar a situação jurídica e territorial das prelazias, bem como a precariedade em que exerciam seu múnus evangelizador e pastoral, em decorrência das distâncias a percorrer e das deficiências e limitações nos meios de transporte e nas comunicações. As prelazias *nullius* foram definidas como dioceses em formação com características missionárias.

Em fevereiro deste mesmo ano havia sido criada a Conferência dos Religiosos de Brasil – CRB e em 1955 nascia o Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM. Nesta mesma época chegou ao Brasil o novo Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi, que até 1964 foi um dos grandes esteios para o fortalecimento da colegialidade episcopal e da renovação pastoral no Brasil. Visitou praticamente todas as dioceses e prelazias da Amazônia e muito contribuiu para a criação de novas circunscrições eclesiais nesta Região.

O encontro de bispos da Amazônia em 1957 contou com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek que na oportunidade assinou um Decreto concedendo para manutenção e expansão da obra social e educativa das Prelazias da Amazônia a quantia de 3% das dotações da SPVEA.

Em 1966, terminava o prazo de 20 anos consecutivos, determinado pela Constituição de 1946, para que a União destinasse ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia 3% da sua renda tributária. Nesta oportunidade foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, nos moldes da sua congênere a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Para complementar a ação da SUDAM, outras instituições foram criadas ou associadas ao desenvolvimento da Amazônia, tais como: a Superintendência da Zona Franca de Manaus, que de certo modo representa um modelo alternativo de desenvolvimento da Região; o Banco

da Amazônia – BASA; o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA; o Museu Goeldi.

Em final de março de 1967, o Papa Paulo VI publicou a sua encíclica *Populorum Progressio*, em que explicita as novas dimensões e exigências a serem levadas em conta no processo de desenvolvimento dos povos. Em agosto deste mesmo ano a CNBB realizou em Brasília, na Casa de Retiros das Irmãs de Jesus Crucificado (Lago Sul), um seminário visando avaliar e projetar a atuação pastoral e evangelizadora da Igreja na Amazônia à luz dos documentos do Vaticano II e da última encíclica Papal. Ainda neste mesmo ano, os Regionais Norte I e Norte II da CNBB procuraram avaliar o papel da Igreja diante da SUDAM. Em agosto de 1968, o episcopado latino-americano, reunido em Medellín – Colômbia, sob a coordenação do CELAM, procurou traduzir os textos aprovados pelo Vaticano II nas suas aplicações pastorais condizentes com a realidade latino-americana. Dentro desse contexto, teve lugar em 1971, na casa Nossa Senhora da Paz – Ipanema – Rio de Janeiro, outro seminário sobre Pastoral da Amazônia, que serviu de base ao Encontro inter-regional dos Bispos da Amazônia, no período de 24 a 30 de maio de 1972, levado a cabo em Santarém.

Em 3 de julho de 1978 foi firmado em Brasília o Tratado de Cooperação Amazônica, tendo como signatários os oito países com território localizado parcial ou integralmente na Bacia Amazônica. Este Tratado prevê reuniões dos Presidentes dos oito países amazônicos, bem como dos Ministros de Relações Exteriores desses países. Prevê igualmente um Conselho de Cooperação Amazônica com representação de todos os signatários do Tratado. Este criou igualmente uma série de Comissões especiais com reuniões periódicas, tais como Ciência e Tecnologia da Amazônia; Saúde na Amazônia; Meio Ambiente da Amazônia; Assuntos indígenas da Amazônia; Turismo da Amazônia; Transportes, Comunicações e Infra-Estrutura da Amazônia. Nesta oportunidade vale a pena mencionar também a Associação das Universidades Amazônicas – UNAMAZ.

No âmbito da Igreja o CELAM já promoveu um primeiro encontro sobre a presença e a atuação da Igreja no conjunto da Amazônia Continental e agora planeja outro encontro, envolvendo todas as dioceses e respectivas Conferências Episcopais e visando uma pastoral integrada para toda a Bacia Amazônica.

Dentro dos novos horizontes que se têm aberto nos últimos 20 anos pode-se dizer que a Amazônia brasileira enfrenta hoje nove grandes desafios. O primeiro e mais fundamental de todos eles é a manutenção das condições climáticas, que contribuem para a sustentabilidade da Região, bem como do país, do continente e mesmo de outras áreas do Planeta. Um segundo desafio é uma adequada gestão das águas, essencial para a manutenção das condições climáticas e da biodiversidade peculiar à Região. O terceiro desafio consiste em assegurar uma ocupação fundiária que seja coerente com as conclusões e indicações decorrentes do zoneamento ecológico – econômico através de políticas que assegurem de maneira eficiente a preservação e aperfeiçoamento do solo, da flora e da fauna, através de instrumentos adequados capazes de coibir o desmatamento predatório e atividades econômicas que prejudiquem e comprometam a biodiversidade.

O quarto desafio decorre da necessidade de uma “especialização” de toda a Macrorregião, devido à acentuada diversidade de suas sub-regiões, levando em conta a configuração de sua rede hidrográfica; seus diferentes biomas e ecossistemas; bem como o perfil e a distribuição espacial da população humana residente em seu território. O quinto

desafio diz respeito a uma coordenação efetiva e integrada das políticas em todos os níveis, do federal, ao estadual, ao sub-regional e ao municipal, evitando dispersão de esforços e duplicidade de iniciativas, mas garantindo uma presença efetiva do aparelho de Estado em todos esses níveis. O sexto desafio refere-se à dimensão geopolítica a Amazônia, seja em nível continental para colocá-la a serviço da integração sul-americana, seja em nível Planetário, para criar instrumentos institucionais e jurídicos, que garantam uma cooperação com países de outros continentes, respeitada, porém, a soberania dos países amazônicos. O sétimo desafio provém da necessidade de encontrar os mecanismos mais adequados, tanto em termos qualitativos como quantitativos, para captar os recursos financeiros indispensáveis à viabilidade do empreendimento gigantesco exigido pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia. O oitavo desafio situa-se nas relações entre a Amazônia e o resto do país, com o objetivo de evitar que esta Macrorregião se torne apenas uma colônia, dependente das demais Macrorregiões e a elas subserviente, mas que assuma seu desenvolvimento próprio numa relação de parceiro em pé de igualdade com o conjunto da sociedade brasileira. O nono desafio deriva de uma exigência fundamental de fazer com que a população residente na Amazônia (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos e mestiços, artesãos, profissionais das mais diversas especialidades) participe efetivamente de todo o processo de desenvolvimento da Macrorregião.

Conforme enunciado no início deste pronunciamento de abertura, o debate de hoje visa estabelecer um diálogo construtivo entre a sociedade civil e o Estado Nacional com respeito às políticas públicas que estão sendo implementadas na Amazônia brasileira. Mas esperamos que a retrospectiva histórica e os desafios que acabam de ser sucintamente explicitados possam servir de pano de fundo ao conteúdo deste debate, que almejamos seja cálido, transparente e esclarecedor.